

Os candidatos que não tenham sido aprovados em mérito absoluto são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos previstos no ponto VII.

## IX

Apreciação em mérito relativo das candidaturas, notificação do projecto de Lista de ordenação final dos candidatos

O processo de notificação dos candidatos segue igualmente os trâmites previstos no ponto VII.

## X

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutor Sierd Cloetingh, Professor da Vrije University de Amsterdam, University of Amsterdam, Faculty of Earth and Life Sciences — Faculteit der Aarden Levenswetenschappen, Tectonics and Structural Geology Department, na qualidade de especialista de reconhecido mérito atendendo à sua qualificação académica e a sua especial competência no domínio em causa.

Doutor Manuel João Senos Matias, Professor Catedrático do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro

Doutor Rogério Eduardo Bordalo da Rocha, Professor Catedrático do Centro de Investigação em Geociências Aplicadas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Carlos Alberto Ferreira de Sousa Oliveira, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor António Manuel Nunes Mateus, Professor Catedrático do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Doutor António Ribeiro, Professor Catedrático, Aposentado, do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

## XI

A ocupação do posto de trabalho de Professor Catedrático fica sujeito ao cumprimento das disposições legais em vigor.

## XII

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

## XIII

Para cumprimento do artigo 62.º-A do ECDU lavrou-se o presente Edital que vai ser divulgado de acordo com a legislação referida e afixado nos lugares de estilo.

2 de Agosto de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor A. Sampaio da Nôvoa*.  
205134796

**Edital n.º 890/2011**

Doutor António Sampaio da Nôvoa, Reitor da Universidade de Lisboa: Faz saber que, perante esta Reitoria, pelo prazo de trinta dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso de abertura do concurso no *Diário da República*, sem prejuízo da divulgação na Bolsa de Emprego Público, nos sítios da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e desta Reitoria, bem como, em jornal de expressão nacional, conforme determina o artigo 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto de 2009, doravante, abreviadamente, designado por ECDU, em conjugação com o disposto no artigo 12.º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa aprovado pelo Despacho n.º 14488/2010, de 6 de Setembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 181, de 16 de Setembro, se encontra aberto concurso para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático, do Departamento de Matemática, na área científica de Matemática, subárea de Lógica Matemática, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com sede no Campo Grande, 1749-016 Lisboa, autorizado por seu despacho, de 07/06/2011, nos termos do artigo 9.º do referido Estatuto.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º e 62-A do ECDU, e de acordo com o preceituado pelo Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Docente da Universidade de Lisboa, observar-se-ão os seguintes requisitos:

## I

Requisitos de admissão:

1) Ser titular do grau de Doutor na área de Matemática, atribuído há mais de cinco anos, contados da data limite para a entrega das candidaturas e do título universitário de agregado em Matemática, nos termos do artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária;

1.1) Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro deverão possuir equivalência/reconhecimento/registo daquele grau a idêntico grau concedido pela universidade portuguesa.

1.2) Os opositores ao concurso abrangidos pelo disposto no n.º 1.1 que não preencham este requisito serão admitidos condicionalmente pelo Secretário do concurso no despacho a que se refere o artigo 15.º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente, mantendo-se a admissão condicional até à data da decisão final do concurso, sendo excluídos os opositores que até essa mesma data não demonstrem o deferimento dos seus pedidos de equivalência/reconhecimento/registo.

1.3) Sempre que os candidatos estrangeiros ou aqueles que tenham feito a sua carreira académica no estrangeiro não apresentem prova da posse do título de agregado nos termos do artigo 40.º do ECDU, devem apresentar documentação que ateste o reconhecimento do curriculum académico, profissional, científico e pedagógico, a capacidade de investigação e a aptidão para dirigir e realizar trabalho científico independente, que permita ao júri deliberar, ouvido o conselho científico, sobre se considera preenchido aquele requisito.

2) Possuir domínio da língua portuguesa falada e escrita. Os candidatos de nacionalidade estrangeira, excepto os de expressão oficial portuguesa, deverão entregar diploma reconhecido oficialmente comprovativo da escrita e da oralidade da língua portuguesa;

3) Instruir a candidatura com os seguintes documentos:

*a)* Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas, designadamente, a certidão dos graus e títulos exigidos, a certidão comprovativa do tempo de serviço;

*b)* Doze exemplares do *curriculum vitae* do candidato, redigido de acordo com o modelo constante do Anexo ao Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa;

*c)* Dois exemplares dos trabalhos que hajam sido seleccionados pelo candidato como mais representativos do seu *curriculum vitae* até um máximo de cinco trabalhos;

*d)* Doze exemplares do programa académico, relacionado com as matérias científicas e pedagógicas para a área ou áreas disciplinares em que é aberto o concurso;

3.1) Dois exemplares do *curriculum vitae* e do programa académico são necessariamente entregues em papel, podendo os restantes elementos serem entregues em suporte digital (CD ou DVD).

3.2) Os candidatos deverão indicar no requerimento de candidatura os seguintes elementos:

*a)* Nome completo e nome adoptado em referências bibliográficas;  
*b)* Filiação;  
*c)* Número e data do bilhete de identidade ou número de identificação civil;

*d)* Data e localidade de nascimento;

*e)* Estado civil;

*f)* Profissão;

*g)* Residência e endereço de contacto, incluindo endereço electrónico e contacto telefónico.

3.3) Não é exigida a apresentação de documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de constituição de relação jurídica de emprego público, bastando a declaração do candidato, sob compromisso de honra, no próprio requerimento ou em documento à parte, da situação precisa em que se encontra relativamente ao conteúdo de cada uma das seguintes alíneas:

*a)* Nacionalidade;

*b)* Cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

*c)* Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

*d)* Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

3.4) As candidaturas deverão ser entregues, pessoalmente, durante o horário normal de expediente (das 9h30 às 12h30 e 14h30 às 16h30)

na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio, registado e com aviso de recepção, até ao termo do prazo, para a Reitoria da Universidade de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649 -004 Lisboa, acompanhadas dos documentos referidos nos pontos anteriores.

4) Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

5) A apresentação do *curriculum vitae* pelos candidatos deve observar o modelo anexo ao Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa aprovado pelo Despacho n.º 14488/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de Setembro.

## II

Critérios de avaliação em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas de acordo com o ponto I do presente edital, a admissão em mérito absoluto dos candidatos dependerá da posse de currículo global que o júri considere revestir mérito científico compatível com a área ou áreas disciplinares para que foi aberto o concurso.

## III

Critérios de selecção e seriação em mérito relativo:

Os candidatos serão seleccionados e seriados com base nos elementos referidos no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU, atribuindo-se as seguintes ponderações a cada um dos componentes em análise:

1 — Desempenho científico — (50 %)

a) Qualidade da produção científica que tenha resultado quer em livros, quer em publicações científicas indexadas internacionalmente; (até 25 %)

b) Orientação de teses de mestrados e de doutoramentos, bem como supervisão de pós-doutoramentos; liderança e participação em projectos de investigação com financiamento externo; integração em redes nacionais e internacionais de investigação científica; (até 15 %)

c) Participação em conferências internacionais, especialmente como orador convidado, e em comissões científicas ou de organização de encontros, seminários ou conferências científicas. Participação como avaliador de publicações em revistas internacionais, candidaturas a bolsas de investigação, programas de formação avançada ou de projectos científicos, e também como editor de publicações científicas. Obtenção de prémios, bolsas e distinções científicas. (até 10 %)

2 — Capacidade pedagógica — (30 %)

a) Docência de unidades curriculares, tendo em conta a diversidade das unidades leccionadas e a produção de material pedagógico incluindo os disponibilizados electronicamente; qualidade das actividades relacionadas com a docência, tendo em consideração todos os factores relevantes, nomeadamente os resultados baseados em recolha alargada de opiniões (e.g. inquéritos pedagógicos) que deverão ser mencionados no *curriculum vitae* sempre que disponíveis. (até 20 %)

b) Orientação de formação avançada, em particular supervisão de seminários, projectos e estágios; coordenação ou dinamização de projectos pedagógicos, como por exemplo ciclos de estudos ou disciplinas, a criação de novos cursos ou de programas de estudos; reforma e actualização de projectos existentes; (até 8 %)

c) Participação em júris de concursos ou provas académicas (até 2 %)

3 — Outras actividades relevantes para a missão da Instituição de Ensino Superior — (17 %).

a) Exercício de cargos e actividades de gestão académica. (até 12 %)

b) Actividades de extensão cultural e acções de formação de públicos escolares, quer de alunos quer de docentes; participação em projectos científicos ou de formação que promovam a interacção com a comunidade, a cooperação entre instituições nacionais e internacionais, a inovação educacional ou a divulgação científica; outras actividades relevantes para o ensino e a investigação, tais como serviço à comunidade no âmbito das instituições do ensino superior, serviço de cooperação ou de consultadoria a instituições públicas; (até 5 %)

4 — Programa Académico — (5 %)

O programa académico (máximo de dez páginas A4) versará sobre as actividades científicas pedagógicas que o candidato se propõe desenvolver como Professor Catedrático na área disciplinar em que foi aberto o concurso.

## IV

Ordenação final:

Na seriação dos candidatos ao presente concurso cada membro do júri ordena a lista dos candidatos por ordem decrescente do mérito, sendo com base na sua lista ordenada dos candidatos que cada membro do júri participa nas votações.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto. Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria dos votos.

Concluída a aplicação dos critérios de selecção, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação final dos candidatos.

## V

Sempre que entenda necessário, o júri pode decidir promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos.

## VI

Apreciação formal das candidaturas, notificação e exclusão

1 — A Reitoria comunica aos candidatos, no prazo de cinco dias úteis, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

2 — Os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3 — A notificação dos candidatos é efectuada por uma das seguintes formas:

- a) Mensagem electrónica com recibo de entrega da notificação;
- b) Ofício registado;
- c) Notificação pessoal.

4 — A audiência é sempre escrita.

## VII

Pronúncia dos interessados:

1 — O prazo para os interessados se pronunciarem é de dez dias úteis, contados a partir da data:

- a) Do recibo de entrega da mensagem electrónica;
- b) Do registo do ofício, respeitada a dilação de três dias do correio;
- c) Da notificação pessoal.

## VIII

Apreciação em mérito absoluto das candidaturas, notificação e exclusão

Os candidatos que não tenham sido aprovados em mérito absoluto são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos previstos no ponto VII.

## IX

Apreciação em mérito relativo das candidaturas, notificação do projecto de Lista de ordenação final dos candidatos

O processo de notificação dos candidatos segue igualmente os trâmites previstos no ponto VII.

## X

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa  
Vogais:

Doutor Jorge Manuel Meneses Guimarães de Almeida, Professor Catedrático do Departamento de Matemática Pura da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Doutor João Filipe Cortez Rodrigues Queiró, Professor Catedrático do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Eduardo Marques de Sá, Professor Catedrático, Aposentado, do Departamento de matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Amílcar dos Santos Costa Sernadas, Professor Catedrático do Departamento de Matemática do Instituto Superior Técnico

Doutor Fernando Abel da Conceição Silva, Professor Catedrático do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Doutora Gracinda Maria dos Santos Gomes Moreira da Cunha, Professora Catedrática do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

### XI

A ocupação do posto de trabalho de Professor Catedrático fica sujeito ao cumprimento das disposições legais em vigor.

### XII

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

### XIII

Para cumprimento do artigo 62.º-A do ECDU lavrou-se o presente Edital que vai ser divulgado de acordo com a legislação referida e afixado nos lugares de estilo.

4 de Agosto de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor A. Sampaio da Nóvoa*.  
205134585

## Faculdade de Farmácia

### Contrato (extracto) n.º 915/2011

Por despacho do Sr. Reitor da Universidade de Lisboa, de 7 de Junho de 2011:

Foram celebrados contratos de trabalho em função pública a termo resolutivo certo, com os seguintes docentes:

Lic. Ana Margarida Âmbar Freitas;  
Lic. Rita Maria dos Reis de Oliveira Almeida Costa.  
Lic. Maria Teresa de Sampaio Antas Botelho Aires Pereira.  
Lic. Silvia Cristina Correia Cid  
Lic. Maria Gabriela Onofre Moura Plácido.

Pelo período de 1 ano, como Assistentes Convitados a 0 % do mapa de pessoal docente desta Faculdade, com efeitos a partir de 1 de Abril, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio e artigos, 1.º, 4.º e 7.º do Despacho n.º 14487/2010, de 16 de Setembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Setembro de 2011. — O Secretário Coordenador, *Licenciado Alfredo Ferreira Moita*.

205135662

## UNIVERSIDADE DO MINHO

### Despacho (extracto) n.º 12796/2011

Por despacho de 04.01.2011, do Reitor da Universidade do Minho:

Doutora Maria Isabel Helbling Menêres Campos — celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de cinco anos, como Professora Auxiliar, com efeitos a partir de 14.09.2010, com direito à remuneração base de 2.127,88 €, correspondente ao índice 195, escalão 1, da respectiva categoria, nos termos da lei vigente aplicável. (Isento de Fiscalização Prévia do TC).

16 de Setembro de 2011. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

205135492

### Despacho (extracto) n.º 12797/2011

Por despacho de 18.05.2011, do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Nuno Miguel Faria Araújo — celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período

experimental de cinco anos, como Professor Auxiliar, com efeitos a partir de 30.03.2011, com direito à remuneração base de 3.191,82 €, correspondente ao índice 195, escalão 1, da respectiva categoria, nos termos da lei vigente aplicável. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Setembro de 2011. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

205135557

### Despacho (extracto) n.º 12798/2011

Por despacho 13.05.2011 do Reitor da Universidade do Minho:

Doutor Bjorn Fredrik Johansson — Autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de Professor Auxiliar do mapa de pessoal da Universidade do Minho. (Isento de Fiscalização Prévia do TC).

16 de Setembro de 2011. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

205135216

## Reitoria

### Despacho n.º 12799/2011

As bibliotecas da Universidade são uma estrutura essencial de apoio ao trabalho dos estudantes, professores e investigadores, representando um repositório fundamental do conhecimento científico disponível.

Além disso, as bibliotecas prestam auxílio à actividade das diversas unidades orgânicas e de serviços da Universidade.

Torna-se, pois, necessário assegurar o bom funcionamento das bibliotecas da Universidade, garantindo que os seus recursos são colocados de forma adequada ao serviço de toda a comunidade académica.

O presente Regulamento das Bibliotecas da Universidade do Minho estabelece as condições a que obedece a prestação de serviços por que aquelas são responsáveis, bem como as condições de utilização dos respectivos espaços físicos.

Tendo o Regulamento sido objecto de discussão pública, nos termos do artigo 110.º, n.º 3 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea *r*) dos Estatutos da Universidade do Minho, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 61/2008, publicado no *Diário da República*, n.º 236, de 5 de Dezembro de 2008, aprovo o Regulamento das Bibliotecas da Universidade do Minho.

10 de Agosto de 2011. — Pelo Reitor, nos termos do artigo 44.º dos Estatutos da Universidade do Minho e do despacho RT-83/2009, *António M. Cunha*.

## Regulamento das Bibliotecas da Universidade do Minho

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

#### Objecto

O presente Regulamento define as condições de utilização dos serviços prestados e dos espaços físicos das bibliotecas da Universidade do Minho (UMinho).

#### Artigo 2.º

#### Âmbito

O presente Regulamento aplica-se às bibliotecas da UMinho.

## CAPÍTULO II

### Utilizadores

#### Artigo 3.º

#### Utilizadores

São utilizadores das bibliotecas da UMinho:

1 — Os alunos, docentes, investigadores e trabalhadores da UMinho;